



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA

N.º 21/18, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período anterior ao do *"Antes da Ordem do Dia"*, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião e havendo público inscrito para intervir, passou de imediato a palavra ao mesmo.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Senhor José Manuel Ferreira Oliveira, residente em Ázere que, após saudar todos os presentes, manifestou a sua preocupação relativamente a algumas questões que considera pertinentes e para as quais solicita esclarecimentos, nomeadamente, quanto à falta de médicos no Centro de Saúde de Tábua, no período entre as 20h e as 24h e aos fins-de-semana, assim como aos maus cheiros existentes



CÂMARA MUNICIPAL

em algumas habitações na localidade de Ázere, resultantes da ligação dos esgotos das mesmas à estação de bombagem de águas residuais de Ázere.

Aproveitou, também, para fazer um reparo às Feiras e em particular à Feira Anual de São Simão, realizada no passado dia 27 de outubro, que estava tão deserta, quer de feirantes, quer de pessoas, facto que o deixou bastante triste e que na sua ótica foi *"um fiasco"*, provavelmente, devido *"àquela política de aumentar os preços dos terrados"* e *que não sei se é boa para os feirantes*", como referiu. Observou, ainda, sobre a mesma que *"A feira faz parte da economia do povo e era uma tradição que não se devia acabar"*.

Ainda, no uso da palavra, fez referência aos cães vadios que têm invadido quintas, atacando e matando os animais existentes nas mesmas, facto que o levou a questionar a que entidades se devem dirigir, nestas circunstâncias - se ao Município, à Junta de Freguesia ou à GNR, uma vez que contactada esta última lhe foi transmitido que o assunto respeita à Câmara e à Junta, sendo certo que as pessoas continuam sem saber o que fazer.

Ainda sobre este assunto, designadamente, quanto ao enterramento dos animais mortos, insinuou que a ajuda prestada pela Câmara, para esse fim, lhe parece não estar a ser igual para todos, uma vez que foi disponibilizada uma máquina, para uns e a outros, em idêntica situação, não. Facto que o leva a dizer *"haver aqui discriminação/clientelismo. Que a Câmara não é de todos"*.

Relativamente à questão do Centro de Saúde de Tábuia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse estar convencido que aqueles serviços já estavam regularizados, com o quadro de pessoal reposto e a funcionar em pleno, desde o final do mês de setembro, face às informações que lhe foram transmitidas pela Presidente da ARS de Coimbra e pelo Centro de Saúde. Contudo, vai solicitar esclarecimentos junto das referidas entidades, no sentido de apurar se a situação exposta foi uma situação pontual, ou não e, obviamente, irá exigir explicações às mesmas, dado que a garantia era o Centro de Saúde estar aberto todos os dias até às 24 horas, inclusive, aos fins-de-semana.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No que respeita à questão das águas residuais, assunto que também foi focado na última sessão da Assembleia Municipal, esclareceu que os técnicos do Município de Tábua já se deslocaram a Ázere, tendo sido resolvidas algumas situações, apesar de não serem da responsabilidade do Município, uma vez estarem em causa intervenções em espaço privado. Contudo, como referiu *"vamos inteirar-nos do que se está a passar, identificar e efetuar o levantamento de todas as situações"*, no sentido de também serem solucionadas.

Quanto à questão das Feiras, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, responsável por esse pelouro, para esclarecer o município.

No uso da palavra, e após cumprimentar os presentes, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz esclareceu que, *"relativamente às feiras mensais, foram feitas reuniões com todos os feirantes por forma a atribuir, dentro dos parâmetros legais e por sorteio, todos os espaços da feira. Salientou que todos os feirantes estiveram presentes e manifestaram satisfação pela organização da feira mensal. Comunicou, ainda, que existe uma lista de espera de feirantes, no Município, para participarem na feira mensal, apesar do aumento das taxas, verificado."*

Relativamente às feiras anuais, referiu que a Feira de São Martinho sempre foi uma feira muito forte e que, por isso, a Câmara apostou na requalificação do novo espaço, junto ao Mercado Municipal, para a sua integração, de modo a alavancar a estratégia de dinamização de ambos os espaços. E, quanto à Feira de São Simão, esta "já tem sido menos forte", acrescentando que "temos que repensar e temos que tornar a Feira de São Simão mais popular, criar costumes, levar atrações, que não sejam feitas em termos da feira, propriamente dita, mas que possa puxar público-alvo para manter a tradição da Feira de São Simão que tinha uma tradição e que se perdeu, mas nós temos que a recuperar!"

Quanto ao assunto dos cães, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, responsável pelo pelouro, para esclarecer o município.



CÂMARA MUNICIPAL

Neste sentido, o Senhor Vereador, esclareceu que o Município de Tábua teve conhecimento da situação exposta, através da Junta de Freguesia, há mais de um mês. Neste sentido e tratando-se de uma situação que também o preocupa, informou que os serviços veterinários municipais têm, desde então, efetuado visitas às localidades de Ázere e do Espadanal para identificarem a matilha, tendo até à presente data feito apenas um avistamento da mesma.

Transmitiu, igualmente, que por iniciativa própria interrogou, várias vezes, a Guarda Nacional Republicana, se tinham registado alguma queixa desta natureza, tendo-lhe sido dito que, apenas, lhes foi apresentada a primeira queixa, na segunda-feira, dia 29 de outubro. Contudo e competindo a esta entidade fazer a identificação e o tratamento de animais perigosos, referiu ter solicitado, pessoalmente, nesse mesmo dia, ajuda ao Senhor Comandante do Posto da GNR, no sentido da captura dos animais, em questão, ser efetuada através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), dado possuírem equipamentos especializados para fazer este tipo de ações, estando a aguardar uma resposta ao referido pedido.

Referiu, ainda, ter dado nota das citadas diligências a um dos queixosos que sofreu perda de animais. Portanto e para que fique bem claro, frisou que *"na Câmara não há clientelismo. Se a Câmara foi, com uma máquina, ajudar a enterrar animais, foi porque foi solicitado à Câmara. E, em momento algum, foi feito, antes de segunda-feira. Portanto, se alguém pede ajuda à Câmara, a Câmara tem ajudado. Agora a Câmara não vai ajudar, desconhecendo quem precisa de ser ajudado"*.

Por último, acrescentou que a notícia publicada sobre o assunto pelo "Correio da Manhã", onde é referido que o mesmo contactou a Câmara de Tábua e que não obteve resposta até ao fecho da edição, não corresponde à verdade, tendo como comprovar a quem de direito, se for caso disso.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Luis Alexandre Costa Reis Santos Cruz, residente na Rua Cláudio Figueiredo, na localidade de Vila Chã, sita na União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha que, após cumprimentar todos os



CÂMARA MUNICIPAL

N. Q. A. S.
Q. S.
S. S.

presentes, apresentou uma situação, já falada na última sessão da Assembleia Municipal e que se prende com o espaço da antiga Escola Primária de Vila Chã, destinado à instalação do Museu do Queijo. Volvidos cinco anos e constatando que o referido espaço continua desocupado, podendo ser utilizado para funcionamento de uma associação criando, desta forma, uma ligação entre as pessoas mais solitárias de Vila Chã, que nunca abandonaram a localidade, e que querem concretizar um sonho, questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto à intenção de avançar com o Museu do Queijo e qual o ponto de situação da candidatura do mesmo.

Ainda, no uso da palavra, aproveitou para solicitar uma audiência com o Senhor Presidente da Câmara e com a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia, para tratar do assunto relacionado com a reconstrução da casa que lhe ardeu no incêndio de outubro de 2017.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Alexandre Cruz, o Senhor Presidente da Câmara explicou que foi feita, de facto, uma candidatura no âmbito do Centro Interpretativo do Mundo Rural e do Centro Interpretativo do Queijo, para a escola de Vila Chã, no quadro comunitário anterior, que acabou por não ter dotação orçamental. Face ao sucedido, explicou que se lançou uma nova candidatura no âmbito do turismo, que está pendente, sendo essa a razão pela qual ainda não houve nenhum desenvolvimento em relação à escola de Vila Chã.

Quanto à transformação do espaço através de uma Associação, o Senhor Presidente referiu a existência de outros espaços no concelho, que foram cedidos a instituições e associações. Contudo, o caso de Vila Chã, já tem uma Associação que desconhece se está a ter a dinâmica e a utilização que é possível, pelo que seria bom repensar essa situação e saber se há disponibilidade por parte da mesma e dos seus associados para abraçar esse projeto.

Neste contexto e embora o projeto ainda esteja pendente, referiu que, na eventualidade da escola de Vila Chã não vir a ter outro tipo de utilidade, poderá ser



CÂMARA MUNICIPAL

repensada uma situação dessa natureza, mediante parecer da Junta e da Assembleia de Freguesia.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz, para reforçar as palavras do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de apelar a parcerias entre Associações e partilha de instalações, pois *"custa-nos muito ver ao longo do concelho algumas instalações, que por algum motivo estão fechadas, mas podem, com outras parcerias, reabrir"*. Prosseguiu, dizendo que, embora as finalidades e as funções sejam outras, seria importante que se articulassem, porque as instalações estão lá e podem trabalhar em parceria, para que esse projeto vá para a frente, com a cobertura do Município.

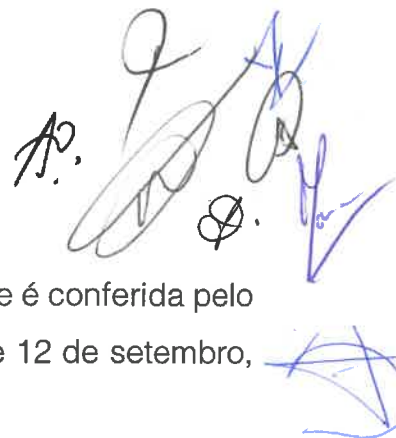
O Senhor Presidente da Câmara passou, de imediato, ao período seguinte, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Na sua intervenção e no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara destacou o prémio de *Menção Honrosa*, na categoria "Melhor Queijo Fresco de Cabra – Moser", alcançado pelo empresário tabuense Tó Zé dos Queijos, Unipessoal, Lda., com sede na freguesia de Póvoa de Midões, do concelho de Tábua, no 10.º "Concurso Queijos de Portugal 2018", promovido pela ANIL - Associação Nacional dos Industriais de Lacticínio, facto que muito dignifica o concelho, digno de louvor e ao qual endereça felicitações.

Seguidamente e dada a pertinência do assunto a que respeita o ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos, da presente reunião, informou que vai solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma Sessão Extraordinária, para



apreciação e aprovação do mesmo, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação atual.

Nada mais havendo a acrescentar, deu por terminada a sua intervenção passando a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

Efetuada a habitual apresentação de cumprimentos a todos os Senhores Vereadores, Técnicas do Município, comunicação social e público, presentes na reunião, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção informando que a Escola Municipal de Natação foi certificada com a atribuição do Nível 2 de Qualidade e Confiança (Prata), na Gala Anual da Natação, promovida pela Federação Portuguesa de Natação, que decorreu em Cascais, no passado dia 13 de outubro.

Parabenizou, depois, o incentivo à prática desportiva noutras modalidades, nomeadamente, no Ténis de Mesa, no qual se verifica um aumento significativo de participantes de prática informal mas, também, à Casa do Povo de Tábua, que criou um equipa federada e que está a disputar o campeonato distrital, nesta modalidade.

Felicitou, igualmente, todas as associações e entidades que fazem uma promoção da atividade física e do combate ao sedentarismo.

Ainda no contexto desportivo, informou que, no dia 20 de outubro, o Estádio Municipal de Tábua recebeu o Torneio Touch Rugby, no sentido de dinamizar e aumentar a possibilidade da prática de desportos menos comuns.

No âmbito da estratégia de dinamização do Mercado Municipal de Tábua, designadamente, em sede de iniciativas levadas a efeito no mesmo, destacou o “Dia da Alimentação”, assinalado no passado dia 21 de outubro, com um *workshop*



CÂMARA MUNICIPAL

relativo à alimentação saudável, resultado de uma parceria promovida pelo Município de Tábua, com o Exploratório e a CIM – Região de Coimbra, bem como, o “ Encontro de Troca e Venda de Sementes e Plantas”, promovido pela Beira Grass Roots, no passado sábado, dia 27 de outubro, ao qual o Município se associou e que tem por objetivo *“criar uma ligação entre a comunidade estrangeira e a nossa área”*, como referiu.

Ainda, sobre a referida infraestrutura municipal, informou que faltam apenas duas iniciativas para concluir a agenda anual das atividades inerentes à mesma.

Em sede de Educação e com o intuito de incentivar hábitos de alimentação saudáveis, deu nota que o Município promoveu a distribuição gratuita de fruta, duas vezes por semana, aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico este ano e pela primeira vez, também, alargada aos Jardins de Infância.

Ainda no contexto desportivo, informou que, no dia 20 de outubro, o Estádio Municipal de Tábua recebeu o Torneio Touch Rugby, no sentido de dinamizar e aumentar a possibilidade da prática de desportos menos comuns.

Quanto à estratégia de dinamização do Mercado Municipal de Tábua, o Senhor Vice-Presidente informou que faltam concluir duas iniciativas para se completar a agenda anual da instalação em questão.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SILVIA FERREIRA:

Interveio a Senhora Vereadora da Câmara, Eng.ª Sílvia Ferreira, que após cumprimentar todos os presentes, começou por fazer referência às casas ardidas no incêndio de outubro de 2017.

Neste sentido, informou que se deslocou a algumas obras, no dia 19 de outubro, juntamente com o Eng.º Cardoso da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) e com o Empreiteiro Joel da empresa LUCIUS, para verificarem a ligação a coletores públicos a fossas existentes ou a necessidade de criação de novas fossas.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De igual modo, deu conhecimento que já estão cinco obras de reconstrução em curso, a cargo da referida Comissão de Coordenação.

No tocante a moradias em que o dono da obra é o requerente e em que a modalidade de apoio é efetuada em dinheiro, informou que, até à presente data, foram iniciadas quatro obras, concluídas três e outras três de apetrechamento finalizadas.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Após saudar os presentes, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira começou por fazer referência à comemoração do “Dia Municipal da Igualdade”, no passado dia 24 de outubro, integrado no Plano Municipal de Ação Social e realizado através do Gabinete de Ação Social, em parceria com a CPCJ.

No âmbito destas comemorações, referiu que as mesmas englobaram várias sessões junto da comunidade escolar, envolvendo cerca de 200 alunos, com a distribuição de material alusivo ao tema em questão, dado que *“é aí, junto dos mais novos, que o este tema da igualdade deve ser trabalhado, desde cedo”*, como disse.

Em sede de proteção civil, informou que, no passado dia 25 de outubro, o Município de Tábua realizou, em parceria com a Junta de Freguesia de Tábua e com uma turma do Agrupamento de Escolas de Tábua, uma ação de reflorestação no baldio das Barras, com a plantação de castanheiros, sobreiros e outras espécies.

Relativamente a coletividades, parabenizou o Rancho Verde Pinho, de Pinheiro de Coja, pelo seu 34º Aniversário, celebrado no dia 27 de outubro, *“um evento que contou com casa cheia; que está de boa saúde e assinalou mais um aniversário cheio de vida”*, como referiu.

Em sede de cultura, destacou o “Espetáculo de Dança Contemporânea e Folclore”, que esteve em cena no Centro Cultural de Tábua, no passado dia 27 de outubro, no âmbito do projeto “Coimbra Região de Cultura”, que contou com a brilhante participação do Grupo Folclórico do Rancho de Candosa, em representação do Município de Tábua, motivo pelo qual felicita o mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL

Concluiu a sua intervenção, dando nota que o Município de Tábua irá celebrar o "Dia Mundial do Cinema", no próximo dia 5 de novembro, com uma matiné no Centro Cultural de Tábua, oferecendo, nesse dia, bilhetes de cinema a todos os idosos.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, PROF. ANTÓNIO MARTINS:

Interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins que, no uso da palavra, apresentou os habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, restantes elementos do Executivo, Técnicos da Câmara, comunicação social e público, presentes.

No uso da palavra e na sequência do assunto relacionado com a paragem na Pereira, já abordado em duas Reuniões de Câmara, o Senhor Vereador manifestou o seu reconhecimento, pelo facto da situação já se encontrar resolvida e em funcionamento.

Relativamente à Feira de São Simão, confessou sentir-se entristecido quando por lá passou e constatar que foi, sem dúvida, *"um fracasso"*, concordando, por isso, com o alvitrado pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, no sentido de serem tomadas medidas, até em termos de atividades *"âncora"*, que possam cativar as pessoas e os feirantes, assim como, *"ponderar também na análise da data da sua realização, para não se deixar morrer esta feira"*.

No que respeita à Loja Social, solicitou esclarecimento quanto ao seu horário de funcionamento.

Terminou, felicitando o empresário Tabuense "Tó-Zé dos Queijos", pela distinção obtida no "Concurso Queijos de Portugal 2018", com o Melhor Queijo Fresco de Cabra.

Relativamente à Feira de São Simão, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que *"da parte da Câmara, o interesse é que a Feira de São Simão seja um sucesso. Se a Feira tem perdido a sua expressão, isso não se deve a este Executivo. É uma situação que tem vindo a decair. E o preço que os feirantes pagam*



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

é um valor simbólico, não sendo isso que vai desincentivar alguém a deixar de fazer a feira de São Simão”.

Sobre a Loja Social, o Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, que prestasse os devidos esclarecimentos.

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira informou que a Loja Social está dividida em duas partes. Uma alimentar e outra de vestuário e calçado, não tendo um horário fixo, por se tratar de um serviço organizado por pessoas voluntárias. Por isso, todo aquele que necessite de bens existentes na mesma, deve dirigir-se Gabinete de Ação Social, que articulará com aqueles voluntários o dia e a hora para serem atendidos no local em questão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Após apresentação dos habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, técnicos da Câmara, comunicação social e público, o Senhor Vereador, Carlos Santos começou por fazer referência a uma notícia veiculada no Correio da Manhã, relativa aos cães vadios que andam a atacar animais, como já foi abordado nesta Reunião de Câmara.

Sobre a mesma e no tocante aos Serviços Veterinários, referiu que *“em relação ao canil e ao gatil e ao cumprimento da nova legislação, o Município de Tábua não tem nada preparado. Sei que há um projeto em conjunto com a CIM mas, neste momento, não existe nada”*.

Quanto à questão das responsabilidades, acrescentou: *“custa-me ouvir atacar a população porque não chamou a GNR. Porque quem tem que chamar a GNR e quem tem que estar atento aos problemas das populações é quem foi eleito para isso. Nós elegemos as pessoas para se preocuparem connosco e pagamos-lhes para isso”*.

No que respeita ao enterramento dos animais que foram mortos pela matilha, disse que *“ninguém pediu uma máquina, mas há que perceber que tem que se enterrar as ovelhas. Foi lá a veterinária e viu as condições. Segundo sei, até algumas*



CÂMARA MUNICIPAL

As pessoas do privado foram ajudar a recuperar alguns animais, porque a veterinária não tinha apetrechos para trabalhar. Isto é o trabalho do Município? Nós não estamos a fazer o trabalho para o qual fomos indicados e fomos eleitos. Nós não estamos a proteger as pessoas. Eu acho que se pode fazer muito mais".

Seguidamente, teceu alguns comentários sobre o orçamento de estado e sobre as políticas do poder central, principalmente, sobre o eleitoralismo.

Por fim, solicitou informações ao Senhor Presidente da Câmara sobre o projeto fotovoltaico de São João da Boa Vista.

Quanto à intervenção do Senhor Vereador, Carlos Santos, relativamente às questões de veterinária, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as questões das instalações (canis e gatis), *"como sabe, temos uma candidatura, que foi feita sob a liderança do Município de Arganil e em conjunto com os Municípios de Oliveira do Hospital, de Tábua, de Góis e de Pampilhosa da Serra. A proposta de candidatura foi no sentido de se fazer a agregação para a rentabilização de meios. São infraestruturas que têm elevados custos e, para terem qualidade, têm que se rentabilizar os meios através da agregação"*.

No que diz respeito ao projeto fotovoltaico, o Senhor Presidente da Câmara informou não ter tido conhecimento de qualquer impedimento, mas apenas de um ajustamento ao projeto, relativo ao espaço onde estaria instalado, a pedido da população, e que já teve um parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente".

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:

Usando da palavra, o Senhor Vereador, Joaquim Garcia após apresentar os habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, iniciou a sua intervenção alertando para o risco de consumo da água dos poços artesanais, dado que, após efetuar uma análise à sua própria água, verificou que esta se encontrava imprópria para consumo. Desta forma, solicitou que as Juntas de Freguesia e União de



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

Freguesias fossem informadas deste facto, para que pudessem alertar a população, uma vez, que grande parte das pessoas utilizam este método de consumo de água.

Para finalizar, chamou a atenção para o facto de grande parte das placas toponímicas, na Vila de Tábuia, estarem deterioradas ou inexistentes, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que agisse em conformidade.

Relativamente à intervenção do Senhor Vereador, Joaquim Garcia, no que respeita à água, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que *"nós, aqui no Concelho, ainda não tínhamos tido essa informação, mas vamos fazê-la chegar às Juntas de Freguesia e chamar à atenção das pessoas para o cuidado a ter com a água nas suas captações particulares, para não terem problemas de saúde pública. Mas, na generalidade dos casos, não temos tido esse problema"*.

No que diz respeito à toponímia, o Senhor Presidente da Câmara informou que já se encontram a ser colocadas novas placas em toda a Freguesia de Tábuia, de acordo com o que foi aprovado em Reunião de Câmara.

Findas as intervenções e os respetivos esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 20/18, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

Deliberação n.º 283 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, e o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos, pelo facto de não terem estado presentes na reunião em questão.



CÂMARA MUNICIPAL

2. NORMA DE CONTROLO INTERNO A VIGORAR EM 2019.

Deliberação n.º 284 - Presente a informação n.º 37/2018, de 26 de outubro em curso, da Chefe da DAF, Dra. Sofia Félix, propondo a aprovação da Norma de Controlo Interno, a vigorar em 2019, anexa à mesma, na sequência da inclusão de novos artigos relativos ao património, de forma a adaptar o referido documento às disposições do normativo contabilístico, conforme documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao exposto na referida informação e prestados os esclarecimentos complementares necessários, a Câmara deliberou por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar a Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Tábua, a vigorar em 2019, nos termos da alínea j), n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dando-se conhecimento da aprovação da mesma a todos os serviços, bem como à Inspeção-Geral de Finanças.

A presente deliberação foi aprovada pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

3. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES AFETADAS PELOS INCÊNDIOS DE OUTUBRO DE 2017/APROVAÇÃO.

Deliberação n.º 285 – Os incêndios de grandes dimensões que assolaram a região Centro do país, nomeadamente, o concelho de Tábua, em outubro de 2017, determinaram a adoção de medidas excecionais e urgentes de apoio, visando acorrer às necessidades mais prementes das populações afetadas. Uma das medidas adotadas, desde logo considerada como prioritária e imperiosa por parte da Câmara Municipal, consistiu na concessão de apoio no domínio da reparação dos danos e prejuízos sofridos nas habitações permanentes, danificadas ou destruídas pelo avassalador incêndio de 15 e 16 de outubro, porém, o Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, destina-se exclusivamente, a primeiras



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

habitações, sendo fundamental reconhecer a importância das segundas habitações, que representam o maior e mais profundo elo de ligação das pessoas que, mesmo geograficamente longe, mantêm, e desde sempre mantiveram, o vínculo à terra, e que poderão vir a tornar-se residências permanentes, fazendo com que o regresso à aldeia seja uma opção efetiva, quando terminada a vida ativa nos centros urbanos.

Deste modo, consciente de que a recuperação destas habitações pode tornar-se demasiado onerosa e pesada para os seus titulares, e assumindo uma clara posição de salvaguarda e proteção dos interesses do concelho, à semelhança das decisões adotadas por outros Municípios da Região Centro, o Município de Tábua pretende criar um mecanismo de apoio à reconstrução e reparação de casas de segunda habitação, utilizando para o efeito o sistema de empréstimo operado pelo FAM, nos termos previstos no artigo 154.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro, regulado pela Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, com as alterações da entrada em vigor da Portaria n.º 243/2018, de 3 de setembro.

Assim, sendo necessário disciplinar e estabelecer regras para concessão do apoio em causa, e considerando a autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que lhes é consagrado pelos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a competência prevista nas alíneas v) e k), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

- i) Aprovar a proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à reconstrução de habitações não permanentes afetadas pelos incêndios de outubro de 2017 e respetiva Nota Justificativa;
- ii) Publicitar o início do procedimento, após decisão da Câmara Municipal, nos termos do artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e conforme os procedimentos constantes no modelo anexo;



CÂMARA MUNICIPAL

- iii) Aprovar a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea a) e d) do n.º 3 do artigo 100.º do CPA;
- iv) Aprovar a não submissão a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA;
- v) Submeter o mesmo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 33.º, n.º 1, alínea k), Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos do plasmado no artigo 25.º, n.º 1 alínea g), da citada Lei;
- vi) Nomear como responsáveis pela direção do procedimento administrativo, a Chefe da DAF, Dra. Sofia Félix e as Juristas do Gabinete Jurídico.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

RECURSOS HUMANOS

4. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA PARA 2019 E RESPETIVO REGULAMENTO.

Deliberação n.º 286 - Presente a informação n.º 16/RH, dos Recursos Humanos, datada de 29 de outubro do ano em curso, que anexa os seguintes documentos, que se dão por reproduzidos:

- Proposta do Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2019;
- Proposta de Regulamento Interno do Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2019;

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para 2019 deste Município, respetivo Regulamento Interno, a serem remetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A', a 'Q', and a signature that appears to be 'M. J. P.' followed by a large 'S'.

termos da alínea o), n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Sobre a votação do assunto exposto, os Senhores Vereadores; Dr. António Martins, Carlos Santos e Joaquim Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto: *"O número de trabalhadores passou de 213 em 2018 para 246 para 2019. Os vereadores do PPD PSD, desconhecendo os trabalhadores do município, assim como, as reais necessidades existentes, apenas se conseguem pronunciar relativamente ao aumento de postos de trabalho, situação da qual discordam e por isso votam contra.*

No seguimento da análise do mapa do pessoal e face a desconhecimento da generalidade dos trabalhadores, assim como das instalações do município, após um ano de funções, os vereadores do PPDPSPD vêm a este propósito solicitar os bons ofícios do Sr. Presidente para uma visita guiada às instalações municipais, o que, em nossa opinião, deveria ter ocorrido há um ano atrás, por forma a que se atenuem esta situação de desconhecimento e o Mapa do Pessoal em situações futuras possa ser visto e analisado de forma mais integral."

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

CONTABILIDADE

5. ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2019/GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019/NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Deliberação n.º 287 – O Senhor Presidente da Câmara com a colaboração da Divisão Administrativa e Financeira, apresentou os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2019 e a Norma de Execução Orçamental, documentos que se dão por reproduzidos, focando os principais projetos e objetivos a alcançarem ao longo do próximo ano.

Sobre os documentos em análise, o Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que, numa análise genérica do orçamento, o mesmo apresenta um valor



CÂMARA MUNICIPAL

global, na receita e na despesa, de 20.492.759€ (vinte milhões quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove euros), e que poderá, eventualmente, afigurar-se elevado. Contudo, pretendeu-se que o documento traduza/espelhe, realmente, o grande volume de obras e de investimentos que estão a ser feitos no Município, não só obras financiadas com Fundos Comunitários, mas também outro tipo de obras que já estão planeadas.

Continuou, referindo que, conforme se pode constatar, " *resulta, claramente, do orçamento que estamos a cumprir verba do equilíbrio orçamental e que, contém toda a informação que é devida e que, obrigatoriamente, tem que nele constar*".

Por isso, chamou a atenção dos Senhores Vereadores para uma situação, que se prende com as dívidas do Município e respetiva redução, sempre tão criticadas, para olharem para o mapa, constante na página 5 do Relatório e verificarem que "a 31 de dezembro de 2013, o Município no endividamento de médio longo prazo, tinha 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil euros) e que, neste momento, está abaixo cerca de 50% deste valor e que vai terminar o ano de 2019 com um médio longo prazo de 2.689.729,57€ (dois milhões seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e vinte e nove euros e cinquenta e sete cêntimos). Estamos a falar de quase quatro milhões de euros, ou seja mais de 70% de redução da dívida de médio longo prazo, neste período de cinco anos, além de todo o investimento que foi feito e que foi muito e está à vista de todos. Acho que isto é significativo. Que isto é a prova evidente que temos feito uma gestão de rigor, tendo tido, obviamente, a preocupação de reduzir os prazos de pagamento no curto prazo, estando convicto que o vamos conseguir no ano de 2019. Portanto, Senhores Vereadores, o trabalho está à vista, as opções julgo serem opções de estratégia importantes. Estamos a investir muito, nomeadamente, nas pessoas, na área ambiental, nas acessibilidades, na educação, na cultura. Em suma, estamos a investir em todas as áreas de uma forma que considero bastante organizada e muito equilibrada, embora reconheça haver sempre opções diferentes que podem ser tomadas. Mas a nossa opção e que, entendemos ser a mais correta, é este orçamento, que consideramos ser um



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.', 'Yan', and others, along with a large blue scribble at the bottom right.]

orçamento de rigor, um orçamento de trabalho, um orçamento de investimento, um orçamento muito bom para os Tabuenses e que, por isso, está disponível para prestar todos os esclarecimentos que os Senhores entendam por necessários”.

Seguidamente passou a palavra aos Senhores Vereadores, para que se pronunciassem sobre os documentos apresentados.

Interveio o Senhor Vereador, Carlos Santos dizendo que da análise efetuada aos documentos, designadamente, à página 5 referida pelo Senhor Presidente, não encontra um quadro homólogo que lhe permita fazer uma comparação do endividamento à data de hoje, tendo o Senhor Presidente esclarecido que os valores pretendidos constam do mapa de endividamento.

A respeito disso, o Senhor Presidente esclareceu, ainda, o valor dos empréstimos a liquidar, até final deste ano. De igual modo, deu nota que os únicos financiamentos que o Executivo Municipal contratou depois de 2010, foram o saneamento financeiro e o PAEL, referindo que arcaram com todas as responsabilidades na liquidação, já anteriormente assumidas, em termos de obras e investimento, destinadas ao pagamento de dívidas de curto prazo que existiam na altura.

Interveio o Senhor Vereador, Dr. António Martins, referindo ter uma panóplia de questões para colocar, atendendo ao volume e complexidade dos documentos que constituem o orçamento para 2019, mas não teve hipótese de os analisar com o devido rigor, uma vez que não foram enviados atempadamente.

A este propósito, sugeriu, caso fosse possível, que futuramente fosse realizada uma reunião prévia, onde se pudessem analisar e colocar estas questões, de forma *“a virmos para aqui com tudo muito mais adiantado, podendo haver, eventualmente, até alguns ajustes e propostas, nomeadamente”.*

Sobre o sugerido, o Senhor Presidente esclareceu ter dado nota, na última reunião, que o orçamento ia ser elaborado, mas *“os Senhores não mostraram disponibilidade da vossa parte, para puderem estar presentes nesse trabalho.*



CÂMARA MUNICIPAL

Contudo, no próximo ano, teremos todo o gosto em elaborar o orçamento em conjunto”.

Retomando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. António Martins e, embora reconhecendo que algumas das respostas pretendidas, provavelmente, estão vertidas no Relatório (que não teve disponibilidade temporal para analisar como já referiu), questionou o seguinte:

- “Para que servem os valores previstos para o plano inovador de combate ao insucesso escolar?
- 18.500 (Atividades mais Relevantes) corresponde ao valor do orçamento para a construção do Projeto Educativo Local?
- Onde se encontram inscritas as verbas distribuídas pelas Associações desportivas do Concelho?
- 100.000 para apoio à habitação não permanente é suficiente?! (25 000 por habitação...)
- Em que consiste o Projeto Artéria (GOP pg2) que envolve 54.000 até 12/2020. E a oficina e Artes de Palco envolvendo 58.699 no ano 2019? Os dois com uma comparticipação do município de cerca de 50.000
- O que é o compromisso Ativo que envolve 195.000, sendo quase a totalidade sem financiamento definido?
- No capítulo das **responsabilidades contingentes** temos 4 processos. A que dizem respeito, em concreto?
- Quais são as previsões para o investimento em pavimentações diversas?
- **pavilhão multiusos** – mais 122.000? Para quando está previsto o término do investimento? A este respeito, gostaríamos de saber o montante total investido no pavilhão.
- **Áreas industriais** – 172.500 – o que vamos fazer? A da Carapinha já está legalizada?
- No desenvolvimento social as transferências para associações, coletividades e outras instituições, é mesmo no valor de 2.500 sendo que no ano anterior foi de 20.000 (GOP pag4)?
- Foi desta rubrica que saiu no ano transato a verba atribuída à Tuna de Mouronho?



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AP," and "Yar," along with a large stylized signature.

- Na classificação 0102 020214 (Estudos, pareceres, projetos e consultadoria) do orçamento da despesa, não podemos deixar de verificar e sublinhar que o valor de 347.500 face ao de 2018 (319.455) e aos anos anteriores continua num crescendo fazendo notar que os serviços prestados por entidades externas são um recurso em ascensão”.

Prestados os devidos esclarecimentos às questões colocadas, quer pelo Senhor Presidente, quer pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, foram os documentos em apreciação, neste ponto, submetidos a votação do Executivo, pelo Senhor Presidente da Câmara.

Colocados à votação os documentos referentes às Grandes Opções do Plano no montante global de 12.307.164€ (doze milhões trezentos e sete mil cento e sessenta e quatro euros), Plano Plurianual de Investimentos no montante global de 7.941.078€ (sete milhões novecentos e quarenta e um mil e setenta e oito euros) e Atividades Mais Relevantes no montante global de 4.366.086€ (quatro milhões trezentos e sessenta e seis mil e oitenta e seis euros), foram os mesmos aprovados por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções.

Colocado à votação o documento referente ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2019, no montante global de 20.492.759€ (vinte milhões quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove euros), foi o mesmo aprovado por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções, nos termos da alínea c), n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

Sobre a votação aos documentos em análise, os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. António Martins, Carlos Santos e Joaquim Garcia, apresentaram a seguinte declaração de voto:

“• *Em jeito de introdução e para enquadramento da nossa análise devemos referir que nos parece essencial para o desempenho cabal das funções que desempenhamos, que os documentos sejam enviados atempadamente e dentro do prazo legal, como ora*

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL

não se verificou relativamente ao relatório do orçamento e GOP quer com a norma de execução orçamental, instrumentos essenciais para o esclarecimento de dúvidas de interpretação dos documentos em análise.

- Somos da opinião que a elaboração do orçamento deva ser enquadrada num cenário de plurianualidade, no mínimo ao nível período do mandato autárquico. Assim achamos que deveriam estar previstos investimentos/despesas para os três anos seguintes, como previsto nos documentos previsionais do Plano plurianual de investimentos ou nas Grandes Opções do Plano. Esta previsibilidade a médio prazo (provavelmente o que se pretende com o quadro plurianual de programação orçamental previsto no artigo 44.º da lei 73/2013 de 3/9, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais) traria, em nossa opinião, uma maior robustez e clareza aos documentos, fazendo dessa forma notar uma linha de rumo para a gestão da coisa autárquica, como nos parece essencial. Por exemplo: em Cultura, animadores, para 2018 previu-se um gasto de 15.000 para um total previsto no mesmo valor, pelo que não se previa mais gastos nos anos seguintes. Para 2019 surge a mesma rubrica com a inscrição de 12.500 de gastos, para um projeto que se esgota (na teoria) em 2019.*
- Não conseguimos encontrar os valores previstos para o combate à vespa velutina. Já está erradicada? Já não há investimento a fazer neste aspeto?*
- Relativamente aos saneamentos, no último orçamento encontravam-se previstas despesas a ocorrer para 2019 e que agora são brutalmente inflacionadas (de 1.796.639 passou para 4.020.750).*
- Ainda neste capítulo do saneamento e abastecimento de água, as GOP não preveem qualquer alteração para os anos vindouros, mantendo-se as mesmas obras do presente ano face ao futuro 2019. Não há mais saneamentos para iniciar no concelho? Está tudo feito?*
- Se o projeto da praia fluvial da ronqueira tem como data de término 12/2020, como tem a execução total da verba envolvida no ano de 2019? Não se encontra concluída em 2019 mas já não haverá gastos a fazer em 2020?*
- Regista-se uma alteração significativa com as despesas com pessoal: para o ano de 2019 estão inscritos 4.003.113 de despesa, quando em comparação com o corrente*



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Ad.", "9", "AB", and others.

ano de 2018 foram inscritos neste capítulo 3.438.828 o que nos leva a registar um aumento das despesas com pessoal em mais de 560.000, que não nos parece suficiente explicar com o descongelamento de carreiras e com a vinculação dos precários que já anteriormente prestavam serviços para o município.

- As despesas com gasóleo aumentam 50%, de 100.000 para 150.000
- A verba inscrita no orçamento da despesa para as instituições sem fins lucrativos reduziu em mais de 160.000. Não fica claro para que instituições está prevista a alocação da verba aqui referenciada no valor de 527.500 (2018 – 693.000)
- Na página 12 do relatório quando se refere que “as obras urbanas são para tábua porque o aviso apenas se referia exclusivamente a centros urbanos, neste caso tábua”, isto não corresponde à verdade. O Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU) não é só para as sedes de concelho, como já aqui afirmámos anteriormente. Podia e devia ter sido feito para as freguesias, tal como os vereadores do PPD/PSD propuseram, a fim de que se corrigisse essa falha. Perante esta proposta o Sr. presidente disse então que já estava em estudo esse alargamento às freguesias, acrescentando não precisar de conselhos. Será que o PARU é só para as sedes de concelho?!
- Ainda a respeito da Requalificação urbana estão inscritos 1.240.225 só para gastos na Vila (provavelmente no seguimento da condicionante atrás descodificada), fazendo crer que o resto do concelho é paisagem.
- Para o Cemitério de Tábua – a receita prevista é de 50.000 e o investimento para ampliação e melhoramentos é de 50.000. Os orçamentos têm sempre investimento no cemitério continuando os visitantes sem uma casa de banho, que pedem há muito tempo. Será desta?
- Rede de água – 56.000 – o município é responsável por alguns trabalhos mas a Águas do Planalto não recebe o suficiente para assumir todos os trabalhos?
- A designação “outros” parece-nos merecer um maior detalhe porquanto engloba valores bastante consideráveis e de difícil compreensão como se demonstra pelos seguintes exemplos:
 - Na classificação 0102 07010307 Outros 836.137 engloba investimento de edifícios Cultiva + oficina de artes de palco + ...



CÂMARA MUNICIPAL

- Na classificação 0102 07010413 Outros 357.500 engloba Ronqueira (274.000) + compromisso ativo (195.033) + orçamento participativo (5.000). Perfaz 474.033, um valor superior ao inscrito.

- Para as freguesias inscrevem-se 238.000 de despesas de capital. Pergunta-se para quê, quando a realização tem sido de zero. Será que no próximo ano haverá, efetivamente investimento nas freguesias?
- Por último, parece-nos claramente exagerado o montante de financiamento não definido (1.038.988).

Face ao exposto, o sentido de voto dos vereadores do PPD/PSD, perante a proposta de aprovação dos documentos previsionais, não pode ser outro que não seja o voto contra."

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

6. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

Deliberação n.º 288 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no SGD sob o nº 1313, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, apresentado por Sabine Weijman, cujos comproprietários serão Sabine Weijman e Tanno Weijman, sendo o negócio jurídico subjacente a partilha, dos prédios rústicos inscritos na matriz sob os artigos nºs 641 e 642, situados no lugar de Fontinha, freguesia de São João da Boa Vista e concelho de Tábua.

Face ao requerido, ao teor da informação n.º 143/2018, datada de 25 de setembro de 2018, do Sr. Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora com competência delegada de 26/10/2018, de emissão de parecer favorável à



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

constituição da compropriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Deliberação n.º 289 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no SGD sob o nº 1289, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, apresentado por Ricardo Nuno Carvalho da Fonseca Santos, Notário do Cartório Notarial de Tábua, cujos comproprietários serão Mariete Groenewegen e Hubertus Petrus Johannes Maria Van denAkker, sendo o negócio jurídico subjacente a compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo nº 881, situado no lugar de Seixo Bardão ou Castelos na Matosa, freguesia de Midões e concelho de Tábua.

Face ao requerido, ao teor da informação n.º 144/2018, datada de 26 de outubro de 2018, do Sr. Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora com competência delegada de 29/10/2018, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

7. REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)/PRORROGAÇÃO DO PRAZO DOS TÍTULOS PARA A EXPLORAÇÃO PROVISÓRIA DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS.

Deliberação n.º 290 – Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa



CÂMARA MUNICIPAL

Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo dos títulos para exploração provisória dos estabelecimentos industriais – BASMOITA – Basculantes de Serra da Moita, Lda. e RESIMADEIRAS – Resinas e Madeiras, Lda., pelo período de 9 meses, com efeitos retroativos à data de 05/07/2018.

Deliberação n.º 291 – Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo do título para exploração provisória do estabelecimento industrial – ACORFATO – Indústria de Confecções, S.A., pelo período de 18 meses, com efeitos retroativos à data de 05/01/2018.

Deliberação n.º 292 – Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo do título para exploração provisória do estabelecimento industrial – LUÍS ANTÓNIO FONSECA MOTA, Lda., pelo período de 18 meses, com efeitos retroativos à data de 05/01/2018.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Deliberação n.º 293 – Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo do título para exploração provisória do estabelecimento industrial – PAULO JORGE MIGUEL DE ALMEIDA, pelo período de 18 meses, com efeitos retroativos à data de 05/01/2018.

Deliberação n.º 294 – Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo do título para exploração provisória do estabelecimento industrial – SOCISSERRA – Sociedade Industrial de Madeiras, Lda., pelo período de 18 meses, com efeitos retroativos à data de 05/01/2018.

Deliberação n.º 295 - Presente a Informação / Parecer Jurídico, datado de 26/10/2018, da Senhora Dra. Alexandra Bento, Jurista, e da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, que se dá por reproduzida.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, prorrogar o prazo do título para exploração provisória do estabelecimento industrial – VELOSO & BRITO – Agência e Fábrica de Móveis e Urnas, Lda., pelo período de 18 meses, com efeitos retroativos à data de 05/01/2018.



CÂMARA MUNICIPAL

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. CONCURSOS E CONSULTAS.

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 18-B/2018, relativo a “Projeto de Combate ao Insucesso Escolar – Ambientes Inovadores e Aprendizagem – CIM – Aquisição de Hardware e Software”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa SkillRobotics, Lda., pelo valor de 23.025,00€ (vinte e três mil, vinte e cinco euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 25 de setembro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 20-B/2018, relativo a “Aquisição de Equipamentos Informáticos para a Câmara Municipal e Escolas do Concelho”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Cardozugest – Informática e Contabilidade, Lda., pelo valor de 4.520,16€ (quatro mil, quinhentos e vinte euros e dezasseis cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 02 de outubro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 15-E/2018, relativo a “Beneficiação da rede de distribuição de água nos lugares de Vila Seca e Espadanal”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construção, Lda., pelo valor de 42.941,10€ (quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e um euros e dez cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 20 de setembro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 12-S/2018, relativo a “Aquisição de Serviços de Manutenção dos Relvados Naturais do Estádio Municipal e do Parque Desportivo Visconde do Vinhal”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa REDÁGUAS – Sociedade de Construção, Lda., pelo valor de 63.600,00€ (sessenta e três mil, seiscentos euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 02 de outubro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 17-S/2018, relativo a “Educação e Expressão Musical – 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância – Ano Letivo 2018/2019”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Edições Convite à Música, Lda., pelo valor de 54.890,00€ (cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 09 de outubro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o processo de Consulta Prévia n.º 19-S/2018, relativo a “Solução Integrada de Gestão e Aprendizagem”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Forminho – Consultoria de Gestão e Formação, Lda., pelo valor de 26.970,00€ (vinte e seis mil, novecentos e setenta euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 25 de setembro de 2018.

A Câmara toma conhecimento.

DEDS – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9. RÁDIO CLUBE DE ARGANIL/CONVÍVIO DE NATAL/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS/ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 296 – Presente o e-mail, de 13 de outubro, do Presidente da Direção da Rádio Clube de Arganil, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência das

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A:", "Har-", and various scribbles.



CÂMARA MUNICIPAL

instalações do Pavilhão Multiusos de Tábua, para a realização de Convívio de Natal, no dia 15 de dezembro.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ceder as instalações e isentar a referida entidade do pagamento de taxas, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 37.º do Regulamento do Pavilhão Multiusos de Tábua, conjugado com a alínea c), n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

10. ATL 1.º CICLO DA CÁRITAS/FÉRIAS DE NATAL/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DE UMA TARDE DE CINEMA NO CENTRO CULTURAL DE TÁBUA.

Deliberação n.º 297 - Presente o e-mail da responsável do ATL 1.º Ciclo da Cáritas Diocesana de Coimbra, valência de Tábua, datado de 25 de outubro, que se dá por reproduzido, através do qual é solicitada autorização para exibição de um filme, no Centro Cultural de Tábua, a ser escolhido pelos Serviços competentes do mesmo, no dia 21 do próximo mês de dezembro, de forma a proporcionar às crianças que frequentam os ATL's, dentro e fora do concelho, uma tarde de cinema.

Considerando, não haver impedimento para o efeito, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a realização da iniciativa solicitada para o dia 21 de dezembro, às 14:00h, isentando as crianças e respetivas auxiliares do pagamento de bilhete, nos termos da al. a), n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

11. C2E/APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO "REVIST'Ó FADO"/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE TÁBUA.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Deliberação n.º 298 - Presente o e-mail, datado de 11 de setembro findo, da produtora C2E, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência do Auditório do Centro Cultural de Tábua, para apresentação do espetáculo "*Revist'ó Fado*", no dia 10 do próximo mês de novembro.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a cedência da referida infraestrutura municipal para o dia e fins pretendidos.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

12. TÁBUA XXI – ASSOCIAÇÃO JUVENIL/JOGOS SEM FRONTEIRAS – NOVA GERAÇÃO 2018/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS/ISENÇÃO DE TAXAS.

Deliberação n.º 299 - Presente o e-mail datado de 13 de outubro, da Tábua XXI – Associação Juvenil, documento que se dá por reproduzido, solicitando a cedência das instalações do Pavilhão Multiusos de Tábua, para a realização do evento "Jogos Sem Fronteiras – Nova Geração 2018", para os próximos dias 7 e 8 de dezembro.

Considerando haver viabilidade na cedência do espaço em questão para os fins e dias pretendidos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, isentar a mencionada Associação do pagamento de taxas, nos termos do estipulado no artigo 37.º, n.º1, alínea c), do Regulamento do do Pavilhão Multiusos de Tábua, conjugado com a al. a), n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

13. ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE COIMBRA/PEDIDO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TÁBUA.

Deliberação n.º 300 - Presente o e-mail, datado de 1 de outubro em curso, da Associação de Futebol de Coimbra, que se dá por reproduzido, relativo ao Protocolo



CÂMARA MUNICIPAL

n.º 02/GDJ/2012, de 3 de outubro de 2012, celebrado com o Conselho de Arbitragem da mencionada associação e onde é solicitada alteração ao mesmo, relativamente às partes que o integram, passando o segundo outorgante a ser a Associação de Futebol de Coimbra.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a celebração de um novo protocolo, mantendo-se a mesma finalidade, ou seja, a cedência de um espaço nas instalações do Estádio Municipal de Tábua, destinado ao funcionamento do Centro de Treinos de Árbitros de Futebol, da mencionada Associação e a ser outorgado pelo Senhor Presidente da Câmara nos termos do artigo 35.º, n.º 1, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 21/2018, para produção de efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,